



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, CEP 69.025-010, MANAUS/AM. FONE: (92) 3306-0071

NOTA TÉCNICA Nº 22.2020 – CGECC/DEOC/DAO/PROPLAD

PROCESSO: 23443.029511/2019-18

LICITAÇÃO: Pregão nº 13.2020

OBJETO: Contratação do Serviço de Limpeza para a Reitoria

Ao Senhor,

MARIVALDO DA CRUZ SOARES

Departamento de Aquisições. Licitações e Contratos

Manaus (AM), 21 de agosto de 2020.

Senhor Chefe de Departamento,

I. Considerações Gerais

1. O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para a prestação de mão de obra exclusiva para o serviço contínuo de limpeza e conservação para as dependências da Reitoria conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 13.2020.

2. A análise tem como objeto principal a verificação da composição dos valores limites do serviço de limpeza e conservação apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa RR DA C RODRIGUES COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS - EIRELI, enviada por e-mail no dia 21/08/2020, as 08:37 horas, está

atendendo ao previsto no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP e suas alterações, a fim de apurar de forma irrefutável com base em documentações comprobatórias a exequibilidade dos preços ofertados pela licitante.

II. Da Análise

3. Após análise da proposta da empresa R R DA C RODRIGUES COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS- EIRELI, apresentada por e-mail no dia 21/08/2020, sugerimos a correção com base nos seguintes elementos comprobatório aqui explicitados, pois ao aderir a Planilha Modelo de Formação de Preços e Custos, conforme orientado no item 10.4 do Termo de Referência do Edital, transcrito abaixo:

10. 4 A metodologia adotada para cálculo do custo da mão de obra está conforme a utilizada no [Caderno Técnico: Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites, Serviços de Limpeza e Conservação, Unidade da Federação: AMAPÁ – 2019; MINISTÉRIO DA ECONOMIA; SECRETARIA DE GESTÃO](#); demais orientações da referida Instrução Normativa. **É OBRIGATÓRIO O USO DA** [planilha modelo que está disponível neste link: clique aqui!](#)

4. **Verificou-se que o preenchimento da planilha Modelo apresentada pela empresa licitante encontra-se incorreto nos itens abaixo relacionados:**

4.1. Módulo **Custos Indiretos Tributos e Lucro**, os percentuais dos tributos estipulados dependem da alíquota efetiva da empresa que por sua vez, depende do faturamento anual, logo sendo necessário a empresa apresentar a alíquota que está recolhendo seus tributos, após a aplicação do método de repartição dos tributos, previsto no art. 18, parágrafo 5c da Lei complementar 155/2016.

4.2. A licitante não apresentou documentações que indique em que faixa de enquadramento no regime de tributação unificado, Simples Nacional, que após consulta ao simples, anexo desta nota, verificou-se que a empresa **é optante desde 10/12/2012**, para tanto apresentou na aba PARÂMETROS o percentual total de 7,05% para PIS, COFINS e ISS, sem informar o percentual individual de cada tributo, entretanto na memória de cálculo, a licitante indicou os percentuais de 0,35%, 1,62% e 3,16% para PIS, COFINS e ISS respectivamente, totalizando 5,13% de tributação.

4.3. Diante dessa inconsistência, utilizando-se dos mesmos parâmetros apresentados pela Licitante, essa contabilidade apurou valores por metro quadrado divergentes dos propostos, com um acréscimo de **R\$ 4.849,68** (quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos), vide tabelas a seguir:

Tabela 1 - Análise CGECC

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	3,29	R\$ 10.215,08	12	R\$ 122.580,98
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	1,96	R\$ 5.965,15	12	R\$ 71.581,77
3	02.01.Pisos pavimentados adjacentes e contíguos às edificações	537,12	1.800,00	0,30	R\$ 869,41	12	R\$ 10.432,94
4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	0,55	R\$ 1.463,53	12	R\$ 17.562,31
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	0,57	R\$ 1.465,58	12	R\$ 17.586,98
	Total	5.500,47	Calculado	6,68	R\$ 19.978,75	12	R\$ 239.744,98
			Arredondamento	6,00		12	R\$ -
			Diferença a ajustar	0,68	R\$ 19.978,75	12	R\$ 239.744,98
			Material		R\$ 1.283,73	12	R\$ 15.404,70
			Total				R\$ 255.149,68

Fonte: Análise CGECC 21/08/2020

Tabela 2 - Proposta da empresa M2

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	3,29	R\$ 10.008,45	12	R\$120.101,35
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	1,96	R\$ 5.844,48	12	R\$ 70.133,78
3	02.01.Pisos pavimentados adjacentes e contíguos às edificações	537,12	1.800,00	0,30	R\$ 851,82	12	R\$ 10.221,90
4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	0,55	R\$ 1.433,92	12	R\$ 17.207,05
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	0,57	R\$ 1.435,94	12	R\$ 17.231,22
	Total	5.500,47	Calculado	6,68	R\$ 19.574,61	12	R\$234.895,30
			Arredondamento	6,00		12	R\$ -
			Diferença a ajustar	0,68	R\$ 19.574,61	12	R\$234.895,30
			Material		R\$ 1.283,73	12	R\$ 15.404,70
			Total				R\$250.300,00

Fonte: Proposta Licitante 21/08/2020

5. Contudo temos a pontuar que a empresa RR DA C RODRIGUES COMERCIO E VAREGISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS – EIRELI já possui contratos vigentes no âmbito do IFAM (composto por 17 unidades) tanto de Conservação e Limpeza, como também de Auxiliar de Cozinha, este último se enquadra no inciso XII de vedação do art. 17 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, *in verbis*:

Lei Complementar nº 123/2006

“Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

(...)

XII - que realize cessão ou locação de mão de obra;”

6. Essa regra permite uma exceção, prevista no art. 18, § 5o-C, VI, da mesma Lei, o qual excetua os serviços de vigilância, limpeza e conservação.

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no [§ 1º do art. 17 desta Lei Complementar](#), as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no [inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar](#), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

(...)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

7. Durante o Exercício de 2019 e 2020 foram realizadas Diligências Contábeis no órgão para verificação dessa inconsistência e solicitação que as respectivas unidades que possuísem contratos administrativos com a empresa RR DA C RODRIGUES COMERCIO E VAREGISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS – EIRELI realizassem a solicitação de desenquadramento do Regime Simplificado.

8. No entanto, devido à ausência de retorno positivos das respectivas unidades, a Reitoria do IFAM como Setorial Contábil do órgão realizou a abertura do processo digital nº [10265.217881/2020-09](#) junto a Receita Federal para solicitação via ofício, a exclusão da referida empresa do Regime do Simples Nacional, tendo como documentos comprobatórios os respectivos contratos e os termos aditivos firmados com esse órgão, logo, orienta-se que a referida empresa reavalie os percentuais de tributação apresentado, tendo em vista as situações aqui apontadas, pois conclui-se que o desenquadramento da empresa ocorrerá quando houver a finalização do processo junto a RFB1.

9. É importante lembrar que o tipo enquadramento Tributário da empresa também impacta nos percentuais referente aos encargos sobre a Folha de Pagamento, pois

¹ RFB – Receita Federal do Brasil

nos termos do art. 13 § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 **somente as Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das contribuições instituídas pela União, tais como, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, Salário-educação, SEST, SENAT, SEBRAE, SESCOOP.**

10. Em síntese, podemos concluir que uma vez que a licitante adote o regime de tributação de Lucro Presumido a diferença apontada no item 4.3 torna-se maior, pois as contribuições de terceiros apontadas no item 09, incidentes sobre a folha de pagamento tornam-se obrigatórias nesse tipo de regime. Além disso podemos apontar também o aumento dos percentuais das alíquotas de PIS, COFINS e ISS, para 0,65%, 3% e 5%, totalizando 8,65%.

11. Outro item a ser observado diz respeito ao custo de Materiais apresentado pela proponente, pois verificou-se que a empresa apresenta valores unitários e consequentemente, valores anuais notadamente 64,32% inferiores a estimativa de preços dessa licitação, o qual, possui como referência a média das cotações de Mercado Realizadas no Painel de Preços para os itens solicitados, ocasionando um cenário de atenção para esse item:

Tabela 3 - Proporção da Estimativa de Materiais

Materiais	Valor Mensal	Valor Anual
(A) Proposta da Empresa	R\$ 1.283,73	R\$ 15.404,70
(B) Estimativa da Licitação	R\$ 3.598,10	R\$ 43.177,20
Proporção © = (A/B)*100	35,68%	35,68%

12. Nesse contexto, importa observar o que dispõe também o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

13. Nesse sentido, embora a empresa opte por apresentar valores ou percentuais mais baixos no dimensionamento da proposta, não extingue o proponente de arcar com o ônus de suas obrigações omissas, conscientes de que os valores não poderão ser incluídos posteriormente.

14. Conquanto, convém considerar também o que dispõe os itens 9.4 e 9.6 do item do anexo VII – A da referida IN, quanto a realização de diligência para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas a, g e h do item 9.4, *in verbis*:

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, **será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.**

15. Entende-se que a solicitação de justificativas com comprovações relativas aos custos cuja inexecuibilidade da proposta não seja flagrante pode ser realizada por qualquer tempo no intuito de afastar as dúvidas sobre os valores ofertados.

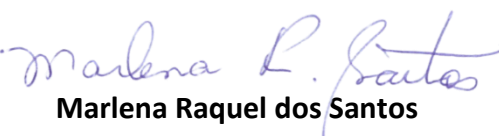
16. Ratificamos que os erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, **comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação;**

III. Conclusão

17. Portanto, somos **favoráveis pela DESAPROVAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a critério da comissão a desclassificação ou a solicitação de correção da proposta** em decorrência dos desequilíbrios apontados nos itens 04 a 11 desta nota, pois diante das diversas inconsistências torna-se necessário a realização do ajuste da planilha de preços ofertadas e de diligências junto a licitante para a apresentação dos documentos que comprovem os valores propostos.

18. De antemão, informamos que caso a empresa torne-se vencedora desse certame devido a opção pela continuidade da utilização das benesses do Regime Tributário do Simples Nacional, mesmo diante da situação apontada nos itens 05 a 10, não serão admitidas propostas de reequilíbrio contratual quando ocorrer o desenquadramento tributário, sem prejuízo, à oportuna fiscalização com o fito de verificar se os recolhimentos por parte da empresa ocorrerão no regime tributário correto, pois isso afastaria o princípio da isonomia nesse certame.

Respeitosamente,



Marlena Raquel dos Santos

Coordenadora Geral de Contabilidade e Custos
Portaria nº 2.561 – GR/IFAM de 21/12/2018